

# O PAPEL DO POBRE NA NOVA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA

Lula e o PT prometeram a inclusão dos pobres no orçamento, dando a entender que as contas da união não contemplavam os menos favorecidos no governo anterior. É uma afirmação que pode ser, no máximo, meia-verdade, porque o governo atual não visa colocar o pobre no orçamento para assisti-lo, mas para controlá-lo.

O PT tem uma perversa agenda de monopolização das instituições políticas através do empobrecimento programado.

Hoje parece que todo o sistema econômico brasileiro praticamente obriga os mais pobres a se endividarem para se sustentar — sem mencionar os vícios em apostas esportivas e bets —, seja pela impossibilidade de produzir, pelos altos impostos sobre o consumo ou pela inflação monetária. O fato é que boa parte das famílias no Brasil está inadimplente, e isto tem efeitos jurídicos e políticos na ordem pública nacional.

Como a ordem política do Brasil vai lidar com o fato de que existem cidadãos que estão perdendo o domínio sobre seus bens para instituições financeiras e não conseguem se sustentar na pólis?

O “nomos”, o princípio da lei, é o ato fundador que dá forma espacial à ordem política: a tomada da terra delimita, mede e reparte o espaço, criando fronteiras que tornam o mundo legível em termos de autoridade e posse. É dessa primeira tomada da terra que emergem as distinções entre o público e o privado, o político e o econômico, o civil e o constitucional. A partir dela, o império expressa o poder de decidir, legislar e comandar dentro de limites territoriais — a autoridade soberana que estabelece quem pertence ao interior e quem fica fora da ordem.

Já o domínio corresponde ao direito de propriedade e à apropriação de bens, regido por títulos, concessões e contratos. Enquanto o primeiro define o espaço da soberania e da decisão, o segundo opera sobre o espaço da posse e do uso. Em síntese: o poder imperial é exercido sobre as pessoas, enquanto o domínio é o poder sobre os bens ou as coisas.

Diante tal distinção, é preciso compreender que a classe mais pobre do Brasil está perdendo o domínio sobre os próprios bens para instituições financeiras por meio do endividamento, o que, no sistema moderno de economia e direito, acaba restringindo o acesso a crédito, matando completamente a possibilidade de financiamento de bens ou negócios por parte do endividado.

Com essa dinâmica, o governo está criando um ciclo vicioso que destruirá a economia nacional no longo prazo: a casta mais pobre se endivida, perde acesso ao crédito, os gastos do Estado destroem seu poder de compra e, por fim, o cidadão, com o passar do tempo, torna-se dependente do próprio Estado ou passa à condição de simples sobrevivente, pois não pode adquirir bens ou poupar para a aposentadoria.

O que o PT está construindo diante dos olhos do país é uma ordem política em que é completamente inóspito produzir, lucrar ou poupar. Visa-se à perda do domínio dos bens de consumo por parte da população pobre — o famoso “você não terá nada e será feliz” —, criando uma ordem política na qual o império absoluto e o domínio total pertencem ao mesmo grupo político.

O PT não está simplesmente aumentando impostos e tornando o ambiente de negócios inóspito, está destruindo o domínio dos cidadãos sobre seus próprios bens. O papel do pobre na democracia brasileira passou a ser o de ativo financeiro da elite política e rentista. Pague seus impostos, suas dívidas e faça pix para o aplicativo de apostas. Em breve, a felicidade chegará até você, quando não tiver mais nada.

- **A sociedade brasileira** vive um processo de endividamento estrutural que corrói o poder de compra, aprofunda desigualdades e submete os mais pobres à dependência financeira permanente.
- **A transferência de domínio dos bens** e da capacidade produtiva da população para instituições financeiras consolida uma estrutura de poder centralizada e hostil à autonomia individual.
- **A fusão entre controle político e domínio econômico** dá origem a uma nova ordem em que o Estado e seus aliados detêm simultaneamente o império sobre as pessoas e o domínio sobre os bens.

